

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc. • O candidato deverá optar e marcar na folha de resposta da prova em qual grupo está concorrendo, conforme o edital.

PROVA OBJETIVA

GRUPO 1

1. (FGV - 2023 - Câmara dos Deputados - Consultor Legislativo - Área XI)

(Adaptada).

João, em um sábado, agindo com dolo, provocou incêndio em floresta, em época de seca. Durante as investigações, constatou-se que os fatos ocorreram às 07h26min e que João teve a sua ação facilitada por um agente público, no exercício de suas funções.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei n o 9.605/98, é correto afirmar que João responderá pela prática de crime ambiental com a incidência de

Alternativas

A) duas agravantes, porquanto o crime foi praticado em época de seca e a ação foi facilitada por um agente público, no exercício de suas funções, e de uma causa de

aumento de pena, pois o crime foi praticado em um sábado.

B) uma agravante, porquanto a ação foi facilitada por um agente público, no exercício de suas funções, e de duas causas de aumento de pena, pois o crime foi praticado em um sábado e em época de seca.

C) uma agravante, porquanto a ação foi facilitada por um agente público, no exercício de suas funções, e de uma causa de aumento de pena, pois o crime foi praticado em época de seca.

D) três causas de aumento de pena, porquanto o crime foi praticado em um sábado, em época de seca e a ação foi facilitada por um agente público, no exercício de suas funções.

E) duas causas de aumento de pena, porquanto o crime foi praticado em época de seca e a ação foi facilitada por um agente público, no exercício de suas funções.

2. (FGV/2022 - TRT - 16ª REGIÃO (MA) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador).

O Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de controle concentrado de constitucionalidade, reconheceu a conformidade constitucional da Lei estadual nº XX, rejeitando o argumento de que o respectivo Estado seria incompetente para legislar sobre a matéria. Poucos anos depois, foi editada a Lei estadual nº YY, que conferiu nova disciplina à matéria versada na Lei estadual nº XX, revogando-a.

A exemplo do que ocorrera com a Lei estadual nº XX, diversos entes privados e inúmeras estruturas estatais de poder estavam se negando a cumprir a Lei estadual nº YY, sob o argumento de que o Estado não tinha competência para legislar sobre a matéria.

Ao solicitar que a Procuradoria-Geral do Estado ingressasse com a ação declaratória de constitucionalidade (ADC), foi corretamente informado ao Chefe do Poder Executivo que

Alternativas

A) não há interesse processual para o ajuizamento da ADC, pois o STF já se manifestou quanto à competência do Estado para legislar sobre a matéria.

B) não é possível o ajuizamento da ADC para que seja reconhecida a conformidade constitucional da Lei estadual nº YY, por estarem ausentes os requisitos exigidos.

C) como a legitimidade para o ajuizamento da ADC é do Governador, não do Estado enquanto ente federativo, a Procuradoria-Geral do Estado não pode ajuizar, de modo isolado, a referida ação.

D) a ADC, a ser ajuizada perante o STF, deve observar o princípio da subsidiariedade, o que significa dizer que somente será cabível caso não se obtenha êxito em ação similar perante o Tribunal de Justiça local.

E) é cabível, em razão de permissivo constitucional expresso, o ajuizamento de reclamação, perante o STF, em razão das inobservância dos motivos prevaletentes adotados na decisão que reconheceu a constitucionalidade da Lei estadual nº XX.

3. (CESPE/2015 - TCU - Procurador do Ministério Público). Considere os seguintes preceitos da Lei Federal n.º 8.443/1992, que dispõe sobre a LO-TCU e dá outras providências:

Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta Lei: [...] XVII decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno. [...]

§ 2º A resposta à consulta a que se refere o inciso XVII deste artigo tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.

Supondo que, ao responder a determinada consulta, o TCU tenha contrariado cláusula constitucional expressa, assinale a opção que apresenta o encaminhamento correto, passível de ser adotado no contexto do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

Alternativas

A) Havendo incompatibilidade entre a decisão normativa e os termos da CF, o procurador-geral do MP/TCU poderá representar sobre a inconstitucionalidade ao procurador-geral da República, que, segundo seu próprio critério de conveniência, poderá ajuizar ADI no STF contra o que tiver sido decidido na consulta.

B) Com base em enunciado de súmula da jurisprudência do STF, o próprio TCU poderá declarar a inconstitucionalidade da sua decisão normativa, decretando, com eficácia erga omnes, a nulidade do julgado.

C) A decisão normativa proferida na consulta não poderá ser objeto de ADI, uma vez que, dadas as suas características normativas, constitui ato equiparado aos decretos regulamentares, que afrontam a CF apenas de maneira indireta ou reflexa.

D) Por ser equiparável a ato normativo federal e ante a impossibilidade de ser objeto de ADI, a decisão normativa proferida na consulta somente poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.

E) Ante a superveniência de norma constitucional federal compatível com o que

tiver sido firmado na decisão normativa, esta decisão estará automaticamente recepcionada, sendo incabível qualquer ação do controle abstrato de constitucionalidade para dirimir eventual controvérsia sobre a questão.

4. (CESPE / CEBRASPE / 2022 - PC-RJ - Delegado de Polícia). O mandado de segurança é garantia constitucional, prevista no inciso LXIX do art. 5.º da Constituição Federal de 1988, regulada, no âmbito infraconstitucional, pela Lei n.º 12.016/2009. A respeito desse relevante instrumento de controle da administração pública por meio da atuação jurisdicional, assinale a opção correta.

Alternativas

A) Havendo controvérsia sobre matéria de direito, fica impedida a concessão de mandado de segurança.

B) É inconstitucional ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar na via mandamental.

C) O pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para mandado de segurança.

D) No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 horas.

E) A vítima de crime de ação penal pública tem direito líquido e certo de impedir o arquivamento do inquérito ou das peças de informação, sendo cabível, para tanto, o

manejo de mandado de segurança.

5. (IBFC/2023 - EBSEERH - Advogado). De acordo com as disposições contidas na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

Alternativas

A) Conceder-se-á " habeas-corpus " sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado

de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder

B) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania

C) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data";, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado apenas por partido político com representação no Congresso Nacional.

E) Conceder-se-á "habeas-data" para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades

governamentais ou de caráter público.

6. ANULADA (FUNDATEC/2018 - AL-RS - Analista Legislativo - Administrador). Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, que dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, o servidor será punido com pena de demissão, dentre outras, nas hipóteses de:

Alternativas

A) Improbidade administrativa e abandono do cargo em decorrência de mais de dez faltas consecutivas.

B) Se recusar a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.

C) Atestar falsamente a prestação de serviço, bem como propuser, permitir, ou receber a retribuição correspondente a trabalho não realizado.

D) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em atividades particulares ou políticas.

E) Deixar de atender notificação para prestar depoimento em processo disciplinar.

7. (FUNDATEC/2018 - AL-RS – Procurador) (Atualizada). Segundo a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, quanto ao processo administrativo disciplinar, é INCORRETO afirmar que:

Alternativas

A) A portaria de instauração do processo disciplinar prescinde de minuciosa descrição dos fatos imputados, sendo certo que a exposição pormenorizada dos acontecimentos se mostra necessária somente quando do indiciamento do servidor.

B) É possível a utilização de “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, devidamente autorizada na esfera criminal, desde que produzida com observância do contraditório e do devido processo legal.

C) A jurisprudência vem aceitando a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

D) A realização da sindicância possibilita somente a instauração da pena de advertência.

E) A validade do afastamento preventivo de servidor público está condicionada à sua motivação.

8. CESPE / CEBRASPE/2024 - DPE-AC - Defensor Público). No que diz respeito à improbidade administrativa, assinale a opção correta.

Alternativas

A) A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa é irretroativa, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, tampouco durante o processo de execução das penas e de seus incidentes.

B) A revogação da modalidade culposa, resultado de alteração da Lei de Improbidade Administrativa, não se aplica aos atos de

improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da aplicação do tempus regit actum.

C) O novo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa retroage, aplicando-se os novos marcos temporais desde a prática do ato.

D) Será apenado com a pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar, dentro do prazo determinado, a declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, ou que prestar declaração falsa.

E) Constitui ato de improbidade administrativa deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade prevista na legislação.

9. (FGV/2024 - TJ-AP - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Administração).

Semana passada, Adroaldo, no exercício das atribuições do cargo efetivo em que está lotado no Estado do Amapá, praticou a conduta de negar publicidade a determinado ato oficial, sob o fundamento de que ele está gravado de sigilo, classificado como informação secreta, que, mediante a devida motivação, foi considerada imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

Acerca dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que:

Alternativas

A) caso caracterizado o dolo na realização de tal conduta, ficará configurado o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, diante da previsão específica no respectivo dispositivo da Lei de Improbidade;

B) independentemente da caracterização de dolo, a conduta em questão não configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, tanto que excepcionada pela própria Lei de Improbidade Administrativa;

C) considerando que o rol atinente aos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública é exemplificativo, a conduta em análise deve assim ser caracterizada, ainda que o servidor tenha agido com culpa;

D) considerando que a negativa de publicidade não consta do rol taxativo das condutas que configuram o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, a conduta em apreço não poderia ser assim caracterizada ainda que a informação não estivesse gravada de sigilo;

E) considerando que a conduta em cotejo não pode ser caracterizada como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, para tanto, é imprescindível o enriquecimento sem causa ou a lesão ao erário.

10. (Instituto Darwin - 2024 - Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe - PE - Analista

de Controle Interno) (Adaptada). A Secretaria Municipal de Saúde necessita contratar a aquisição de medicamento destinado exclusivamente ao tratamento de 10 (dez) recém-nascidos internados na UTI neonatal do hospital municipal, porém é notoriamente inviável a competição entre fornecedores, em razão da raridade e gravidade da doença. Nesse caso, é correto afirmar que.

Alternativas

A) é dispensável a licitação.

B) é inexigível a licitação.

C) é inexequível a licitação.

D) está proibida a contratação direta, sem licitação pública.

E) Deve ser realizada a modalidade de licitação Dialogo competitivo.

GRUPO 2

1 Assinale a alternativa correta acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC):

- A) O valor pago equivale a meio salário mínimo e o assistido recebe 13º salário;
- B) O valor pago equivale a meio salário mínimo e o assistido não recebe 13º salário
- C) O valor pago equivale a um salário mínimo e o assistido recebe 13º salário;
- D) O valor pago equivale a um salário mínimo e o assistido não recebe 13º salário.**
- E) O valor pago varia de acordo com as contribuições quitadas pelo segurado.

2. Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo, o valor da indenização rescisória sobre os depósitos de FGTS será de:

- A) 10%
- B) 20%**
- C) 30%
- D) 40%
- E) Não haverá indenização.

3. O percentual a ser recolhido mensalmente no caso do empregado doméstico a título de FGTS e o percentual a título de indenização compensatória em caso de dispensa sem justa causa são, respectivamente:

- A) 8% e 3,2%**

- B) 8% e 4%
- C) 8% e 3,5%
- D) 4% e 3%
- E) 4% e 2,5%

3. Assistido compareceu ao NPJ narrando que possuía uma pequena empresa com um empregado, que pediu demissão e não mais retornou ao local de trabalho. Nessa situação o micro empresário deve:

- A) aguardar o retorno do empregado;
- B) ajuizar ação de consignação em pagamento com o valor das verbas rescisórias;**
- C) dar baixa na carteira de trabalho e entregar a algum familiar;
- D) emitir as guias do seguro desemprego e dar baixa na CTPS para liberação do FGTS do empregado;
- E) Abrir uma caderneta de poupança para o ex empregado com os valores devidos a título de rescisão.

4. Sobre o prazo para anotação da CTPS do empregado, o empregador deve proceder à anotação no seguinte prazo:

- A) 48 horas;
- B) 2 dias;
- C) 5 dias;**
- D) 8 dias;
- E) 10 dias

5) Empregado admitido em 02.01.23 e dispensado sem justa causa pelo empregador aos 02.10.23 tem direito a

seguinte proporção de 13º salário:

- A) 6/12
- B) 7/12
- C) 8/12
- D) 9/12
- E) 10/12**

6) O Agravo de instrumento no Processo do Trabalho:

A) deve ser preparado com 50% do valor do depósito recursal do recurso principal a que se pretende destrancar, em relação ao empregador;

- B) tem prazo de cinco dias para interposição;
- C) tem prazo de dez dias para interposição;
- D) tem prazo de quinze dias para interposição;
- E) não precisa de preparo em qualquer hipótese.

7) O Rito processual compatível com uma ação trabalhista cujo valor da causa foi calculado em mil reais é:

- A) Rito ordinário;
- B) Rito sumário;**
- C) Rito sumaríssimo;
- D) Rito a escolha da parte autora;
- E) Rito a escolha do Réu.

8) Sobre honorários de sucumbência no processo do trabalho é correto afirmar:

- A) Serão devidos até o percentual máximo de 20%;

B) São devidos na reconvenção;

- C) Não são devidos na hipótese de advogar em causa própria;
- D) Não são devidos em face da Fazenda Pública;
- E) O mínimo a ser fixado pelo Juiz é de 10% sobre o proveito da causa.

9) ANULADA É (São) isento(s) do pagamento de custas no processo do Trabalho: (anulada)

- A) O beneficiário da gratuidade de justiça, inclusive pessoa jurídica;
- B) O Banco do Brasil;
- C) As fundações públicas municipais que exerçam atividade remunerada;
- D) As sociedades de economia mista;
- E) As empresas públicas.

10) João Pedro trabalhou na cidade de Resende no período de 03.01.23 a 03.01.24 em uma rede de supermercados. Durante o mês de dezembro de 2023 trabalhou também em uma filial da empresa em Angra dos Reis, vindo a retornar no mês do desligamento para Resende. Atualmente reside em Volta Redonda com a família. Após o desligamento Joao decide entrar com uma Ação trabalhista, que deverá ser ajuizada em :

- A) Resende;**
- B) Volta redonda;
- C) Angra dos Reis;
- D) Barra Mansa;
- E) Na jurisdição à escolha do empregado.

GRUPO 3

01. Nassib, Delegado de Polícia, ao tomar conhecimento de um suposto crime de ação penal pública incondicionada, determina, de ofício, a instauração de inquérito policial. Após adotar diligência, verifica que, na realidade, a conduta investigada era atípica. O indiciado, então, pretende o arquivamento do inquérito e procura o NPJ da UFF- VR para esclarecimentos, informando que deseja que o inquérito seja imediatamente arquivado. O Residente Jurídico deverá esclarecer que a autoridade policial.

A) deverá arquivar imediatamente o inquérito, fazendo a decisão de arquivamento por atipicidade.

B) não poderá arquivar imediatamente o inquérito, mas deverá encaminhar relatório final ao Poder Judiciário para arquivamento direto e imediato por parte do magistrado.

C) deverá elaborar relatório final de inquérito e, após o arquivamento, poderá proceder a novos atos de investigação, independentemente da existência de provas novas.

D) poderá elaborar relatório conclusivo, mas a promoção de arquivamento caberá ao Ministério Público.

E) não poderá arquivar imediatamente o inquérito, mas deverá encaminhar relatório final ao Poder Judiciário para arquivamento direto e imediato por parte do magistrado, independente de manifestação do Ministério

Público.

02. A Lei n. 9.099/95 modificou a espécie de ação penal para os crimes de lesão corporal leve e culposa. De acordo com o art. 88 da referida lei, tais delitos passaram a ser de ação penal pública condicionada à representação. Tratando-se de questão relativa à Lei Processual Penal no Tempo, assinale a alternativa que corretamente expõe a regra a ser aplicada para processos em curso que não haviam transitado em julgado quando da alteração legislativa.

A) Aplica-se a regra do Direito Penal de retroagir a lei, por ser norma mais benigna.

B) Aplica-se a regra do Direito Processual de imediatidade, em que a lei é aplicada no momento em que entra em vigor, sem que se questione se mais gravosa ou não.

C) Aplica-se a regra do Direito Penal de irretroatividade da lei, por ser norma mais gravosa.

D) Aplica-se a regra do Direito Processual de imediatidade, em que a lei é aplicada no momento em que entra em vigor, devendo-se questionar se a novatio legis é mais gravosa ou não.

E) Aplica-se a regra do Direito Penal de retroatividade da lei, independentemente se mais grave ou mais benigna.

03. A respeito do tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada (artigo 33, parágrafo 4º, da Lei nº 11.343/06), é correto afirmar que:

A) É inadmissível a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria.

B) É impositiva o reconhecimento do tráfico privilegiado quando demonstrada a dedicação à atividades criminosas e pertencimento à organizações criminosas voltadas para o tráfico.

C) Trata-se de crime equiparado a hediondo.

D) A quantidade de drogas, o pertencimento à organização criminosa e a dedicação ao tráfico são indiferentes para o reconhecimento do tráfico privilegiado.

E) É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria.

04. Frederico Chopin possui, dentro de sua residência, duas armas de fogo, sendo uma de calibre permitido e uma de calibre restrito. Visando praticar tiros ao alvo, Frederico vai à zona rural e leva sua arma de calibre de uso proibido para atirar em garrafas de vidro. Antes de chegar ao local, Frederico é interceptado em uma blitz policial e tem sua arma apreendida, bem como é preso em flagrante. Munida de mandado judicial, a Polícia faz uma busca na residência de Frederico e apreende a arma de fogo de uso permitido

que lá estava. Nenhuma das armas possuía autorização administrativa ou registro regulamentar. Considerando a situação exposta, é correto afirmar que Frederico poderá responder por:

A) disparo de arma de fogo e posse irregular de arma de fogo de uso permitido.

B) omissão de cautela e posse irregular de arma de fogo de uso proibido.

C) porte irregular de arma de fogo de uso permitido e porte irregular de arma de fogo de uso restrito.

D) não poderá responder por posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso proibido por se tratar de bis in idem.

E) posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

05. De acordo com a Lei nº 11.343/06, a conduta de cultivar, para seu consumo pessoal, plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica, é considerada:

A) típica e punível com pena de prestação de serviços à comunidade, advertência ou medidas educativas.

B) típica, mas impunível.

C) atípica.

D) típica e punível com pena de reclusão de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, podendo ser reduzida de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons

antecedentes e não integre organização criminosa.

E) típica e punível com pena de reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos, podendo ser reduzida de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes e não integre organização criminosa.

06. Aureliano José, com dolo de matar suas vizinhas Úrsula e Rebeca, detona uma granada na varanda da casa dessas, que ali conversavam tranquilamente, obtendo o resultado desejado. Os fatos são descobertos pelo Ministério Público, que denuncia Aureliano José por dois crimes autônomos de homicídio, em concurso material. Após regular procedimento, o Tribunal do Júri condenou o réu pelos dois crimes imputados e o magistrado, ao aplicar a pena, reconheceu o concurso material. Com relação ao concurso de crimes, o Residente Jurídico poderá alegar em sede de apelação que os crimes ocorreram

A) em concurso material, sendo necessária a soma das penas aplicadas para cada um dos delitos.

B) de forma continuada e, conseqüentemente, aplicada a regra da exasperação de uma das penas e não do cúmulo material.

C) em concurso formal próprio e, conseqüentemente, aplicada a regra da exasperação de uma das penas e não do cúmulo material.

D) em concurso formal impróprio, o que também importaria a regra da soma das penas aplicadas.

E) em crime continuado, somando-se as duas penas.

07. Melquíades, competente professor de uma autoescola, guia seu carro por uma avenida à beira-mar. No banco do carona está sua noiva, Pilar Ternera. No meio do percurso, Melquíades e Pilar começam a discutir: a moça reclama da alta velocidade empreendida. Assustada, Pilar grita com Melquíades, dizendo que, se ele continuasse naquela velocidade, poderia facilmente perder o controle do carro e atropelar alguém.

Melquíades, por sua vez, responde que Pilar deveria deixar de ser medrosa e que nada aconteceria, pois se sua profissão era ensinar os outros a dirigir, ninguém poderia ser mais competente do que ele na condução de um veículo. Todavia, ao fazer uma curva, o automóvel derrapa na areia trazida para o asfalto por conta dos ventos do litoral, o carro fica desgovernado e acaba ocorrendo o atropelamento de uma pessoa que passava pelo

local. A vítima do atropelamento falece instantaneamente. Melquíades e Pilar sofrem pequenas escoriações. Nesse sentido, com base no caso narrado, é correto afirmar que, em relação à vítima do atropelamento, Melquíades agiu com

A) dolo direto.

B) dolo eventual.

C) culpa consciente.

D) culpa inconsciente.

E) dolo de consequências necessárias.

08. Tereza Batista, revoltada com a traição de seu marido, Pedro Bala, decide matá-lo. Para tanto, resolve esperar que ele adormeça para, durante a madrugada, acabar com sua vida. Por volta das 22h, Pedro Bala deita para ver futebol na sala da residência do casal. Quando chega à sala, Tereza Batista percebe que Pedro Bala estava deitado sem se mexer no sofá. Acreditando estar dormindo, desfere 10 facadas em seu peito. Nervosa e arrependida, liga para o hospital e, com a chegada dos médicos, é informada que o marido faleceu. O laudo de exame cadavérico, porém, constatou que Pedro Bala havia falecido momentos antes das facadas em razão de um infarto fulminante. Tereza Batista, então, foi denunciada por tentativa de homicídio. O Residente Jurídico de Cristiane, deverá alegar em seu favor a ocorrência de

A) crime impossível por absoluta impropriedade do objeto.

B) desistência voluntária.

C) arrependimento eficaz.

D) crime impossível por ineficácia do meio.

E) erro de tipo.

09. José Arcadio foi denunciado pela suposta prática de crime de estupro porque teria praticado conjunção carnal

contra a vontade de Amaranta, de 15 anos, mediante emprego de grave ameaça. No curso da instrução, Amaranta mudou sua versão e afirmou que, na realidade, havia consentido na prática do ato sexual, sendo a informação confirmada por José Arcadio em seu interrogatório. A defesa técnica de José Arcadio deverá pugnar por sua absolvição, sob o fundamento de que o consentimento da suposta ofendida, na hipótese, funciona como

A) causa supralegal de exclusão da ilicitude.

B) causa legal de exclusão da ilicitude.

C) fundamento para reconhecimento da atipicidade da conduta.

D) causa supralegal de exclusão da culpabilidade.

E) causa de exclusão da punibilidade.

10. Capitolina, a pedido de um colega, está transportando uma caixa com cápsulas que acredita ser de remédios, sem ter conhecimento que estas, na verdade, continham Cloridrato de Cocaína em seu interior. Por outro lado, Virgília transporta em seu veículo 50g de Cannabis Sativa L. (maconha), pois acreditava que poderia ter pequena quantidade do material em sua posse para fins medicinais. Ambas foram abordadas por policiais e, diante da apreensão das drogas, denunciadas pela prática do crime de tráfico de entorpecentes. O Residente Jurídico deverá alegar em favor das suas assistidas, respectivamente, a ocorrência

de

- A) erro de tipo, nos dois casos.
- B) erro de proibição, nos dois casos.
- C) erro de tipo e erro de proibição.**
- D) erro de proibição e erro de tipo.
- E) erro de objeto inevitável.

GRUPO 4

1. Assinale a CORRETA em relação à ação de inventário judicial e partilha,

- A) Se o processo envolver interesse de incapaz, o Ministério Público não tem legitimidade para requerer a abertura de inventário, mas será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica.
- B) Ao juízo do inventário decidir questões de direito que lhe forem propostas ainda que o fato relevante dependa de dilação probatória de qualquer espécie.
- C) A autoridade judiciária brasileira tem competência concorrente com a autoridade judiciária estrangeira para julgar as ações de inventário e partilha de bens situados no território nacional quando o autor da herança tiver domicílio fora do Brasil.
- D) Se um dos interessados for nascituro, o quinhão que lhe caberá será reservado em poder do inventariante até o seu nascimento.**
- E) Incumbe ao inventariante, independentemente de autorização judicial, pagar dívidas do espólio.

2. No decorrer do processo de inventário, um dos herdeiros requereu ao magistrado o deferimento antecipado do exercício do direito de usar e de fruir determinado bem do espólio. Assinale a opção correta no que concerne ao respectivo deferimento.

A) O pedido poderá ser excepcionalmente deferido mediante caução caso o herdeiro seja pessoa com mais de 65 anos de idade.

B) O pedido deverá ser indeferido: esse direito somente pode se dar com a partilha.

C) O pedido poderá ser excepcionalmente deferido caso herdeiro seja pessoa com mais de 65 anos de idade.

D) O pedido poderá ser deferido sob a condição de que, ao término do inventário, tal bem integre a cota desse herdeiro.

E) O pedido deverá ser indeferido porquanto a decisão representaria reserva de bem sem correspondência legal.

03. Com relação à Fazenda Pública, quanto à sua participação no processo de inventário, é INCORRETO afirmar que:

A) Sendo capazes todas as partes, não se procederá à avaliação se a Fazenda Pública, intimada pessoalmente, concordar de forma expressa com o valor atribuído, nas primeiras declarações, aos bens do espólio.

B) Apresentando o cálculo judicial, a Fazenda Pública se manifestará após as partes a respeito de eventual impugnação ao cálculo.

C) Após ter sido dado vista às partes a respeito das primeiras declarações, a Fazenda Pública será intimada para informar, em quinze dias, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações.

D) O imposto de transmissão será objeto de lançamento administrativo, conforme dispuser a legislação tributária, não ficando

as autoridades fazendárias adstritas aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros.

E) A Fazenda Pública não é considerada parte legítima para ajuizar a ação de inventário.

04. Considerando as disposições sobre as ações possessórias no CPC, assinale a INCORRETA:

A) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos e o de indenização dos frutos.

B) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o Juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.

C) Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.

D) É vedado ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção petítória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.

E) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em

situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

05. Relativamente às ações possessórias, assina a INCORRETA:

A) É lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.

B) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.

C) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos e indenização dos frutos.

D) Na pendência de ação dominial é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação possessória, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.

06. Na busca de adequar a forma ao objeto da pretensão material do litigante, a lei impõe ao autor a satisfação de dois níveis de requisitos para o uso regular e eficaz do procedimento especial. Assim, como requisito material

A) A pretensão tem de situar-se no plano de direito adjetivo a que corresponde o rito. E a inexistência ou não comprovação do suporte substancial dessa pretensão é matéria de mérito, que conduz à carência da ação.

B) São aqueles que condicionam a forma e o desenvolvimento válidos do processo até o julgamento de mérito e a sua falta conduz à ineficácia da relação processual e à sua extinção prematura, sem julgamento de mérito, como, por exemplo, se dá com a ação de consignação em pagamento, quando o autor não promove o depósito no prazo legal, ou na ação monitória, quando o promovente não exhibe, com a inicial, a prova escrita do direito exercitado contra o réu.

C) São aqueles que condicionam a forma e o desenvolvimento válidos do processo até o julgamento de mérito e a sua falta conduz à improcedência do pedido, com resolução de mérito, como, por exemplo, se dá com a ação de consignação em pagamento, quando o autor não promove o depósito no prazo legal, ou na ação monitória, quando o promovente não exhibe, com a inicial, a prova escrita do direito exercitado contra o réu.

D) A pretensão tem de situar-se no plano de direito material a que corresponde o rito. E a inexistência ou não comprovação do suporte substancial dessa pretensão é matéria de mérito, que conduz à improcedência do pedido.

07. No tocante à Apelação, marque a INCORRETA:

A) O tribunal pode reconhecer a nulidade relativa, por força da profundidade do efeito devolutivo, mesmo que não tenha sido invocada pela parte a quem aproveita.

B) Pelo efeito translativo do recurso, além da matéria impugnada *tantum devolutum quantum appellatum* e certas nulidades, devolve-se ao tribunal tudo que ele puder conhecer de ofício.

C) O julgamento direto do *meritum causae* independe de pedido expresso do apelante; basta que o tribunal considere a causa pronta para julgamento.

D) No tribunal de apelação é possível reconhecer de ofício nulidade absoluta.

08. Mariana ajuizou ação de cobrança em face do Banco Racional S/A, para buscar a restituição de valores pagos a título de “Tarifa de Manutenção de Conta”, cobrados durante o período em que era titular de conta corrente perante tal Banco. O juízo de primeiro grau, após a apresentação de contestação pelo Banco Racional S/A, determinou que, em razão de o Superior Tribunal de Justiça ter afetado para julgamento, sob o rito de “Recursos Especiais Repetitivos”, a questão concernente à legalidade da “Tarifa de Abertura de Conta”, o processo ajuizado por Mariana deveria ficar suspenso até a publicação do acórdão paradigma. Após ser intimado da decisão de suspensão, o(a) advogado(a) de Mariana analisou o processo afetado para julgamento pelo STJ, e entendeu que a questão debatida sob o rito de Recursos Repetitivos não era a mesma debatida no processo ajuizado por Mariana, porque discutia outra tarifa bancária.

Diante disso, pretende insurgir-se contra a suspensão do processo, para que ele volte a tramitar regularmente.

A) Deverá peticionar ao Superior Tribunal de Justiça, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo Interno.

B) Deverá impetrar Mandado de Segurança em face da decisão de suspensão.

C) Deverá peticionar ao juízo de primeiro grau, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo Interno.

D) Deverá peticionar ao juízo de primeiro grau, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo de Instrumento.

09. O procedimento da Audiência de Instrução e Julgamento é estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 30 (trinta) dias

B) A audiência poderá ser adiada por convenção das partes

C) O juiz deve tratar com urbanidade as partes, os advogados, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo

D) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, e, após, o autor e o réu, que serão inquiridos

10. De acordo com o CPC em vigor, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

A) O pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.

B) O autor carecer de interesse processual.

C) Um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se controverso.

D) A parte for manifestamente ilegítima.

E) O réu for revel e ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova na forma do art. 349, ambos do CPC.